

AS DISPUTAS ENTRE OS DISCURSOS NEOCONSERVADORES E NEOLIBERAIS NOS CONTEXTOS DA POLÍTICA BNCC

Jéssica Gomes das Mercês Costa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Edinaldo Medeiros Carmo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender a disputa entre os discursos neoliberais e neoconservadores presentes na produção da BNCC, tomando com aporte teórico-metodológico o contexto de influência e contexto da produção do ciclo de política de Stephen Ball e colaboradores. Trata-se uma pesquisa de natureza qualitativa em que os dados foram produzidos por meio da análise documental. A BNCC é uma política normativa nacional que teve seu processo de produção permeado por debates e embates de diversos grupos. Nessa pesquisa o foco de análise recai sobre as disputas dos discursos neoliberais e neoconservadores. Os discursos neoliberais enfatizam a busca pelo alinhamento com a agenda internacional e a aliança da escola com o mercado de trabalho; enquanto os neoconservadores buscam a hegemonia dos discursos morais da *família tradicional* e da religião no campo educacional, invisibilizando as diferenças e a formação de cidadãos críticos. Após inúmeros entraves, é incontestável na versão homologada que, ao mesmo tempo, a Base prescreve discursos de controle e universalização dos corpos, atendendo aos interesses dos movimentos neoconservadores, propaga valores e interesses do mercado de trabalho e intenciona a formação de indivíduos que atendam demandas desses grupos.

Palavras chave: BNCC. Discursos. Políticas Educacionais.

As disputas discursivas presentes nas políticas educacionais

As políticas educacionais surgem da necessidade de mudanças no contexto escolar, elas são importantes para que este acompanhe as mudanças sociais, políticas, ideológicas, econômicas e culturais vividas nos diferentes tempos e locais da sociedade. Os autores Mainardes, Ferreira e Tello (2011) apontam que Stephen Ball compreende que as políticas educacionais devem ser observadas tanto como texto quanto como discurso, para ele, enquanto texto, a política representa os artefatos de comunicação humana, ela é a codificação de diversas influências e agendas, além das intenções e negociações que ocorrem dentro do Estado no processo de formulação da política; ao passo que a política como discurso, significa como os textos são interpretados, mas ela tem a capacidade de estabelecer limites ao legitimar e dar autoridade a apenas algumas vozes.

Diante disso, é possível compreender que as políticas são heterogêneas. Em seus contextos, diversos discursos estão entrelaçados, há disputas e ocorre a materialização de alguns em detrimento de outros. Os discursos que são fixados apresentam as finalidades de determinadas agendas, promovidas por entidades que reconhecem o poder disposto nas políticas. Apesar de algumas influências sobressaírem no texto político, durante sua produção diversas influências são materializadas enfatizando o caráter complexo destes documentos.

De acordo com Lopes e Macedo (2011, p. 234) “[...] a política é interpretada como um guia para a prática, seja para orientar de forma técnica como a prática dever ser desenvolvida, seja para orientar de forma crítica como a prática deveria ser para assumir determinadas finalidades de transformação social”, assim, os grupos que conseguem materializar seus discursos nas políticas estarão incutindo suas finalidades em todo o sistema educacional. Por isso, durante o processo de idealização e produção de uma política há interações e conflitos entre Estado, sociedade e mercado econômico (SILVA, 2018), onde cada uma dessas entidades busca se sobressair.

É importante ressaltar que a visão das políticas educacionais como orientações a serem seguidas no contexto da prática são abordadas pelas pesquisas com uma perspectiva administrativa da política, nesse contexto, há a dissociação entre projeto e implementação das políticas. Com essa separação nesses dois aspectos a produção do documento oficial é responsabilidade do Estado, sendo a escola um espaço para implementação das orientações estabelecidas no texto oficial. Dessa forma, o processo ocorre de forma vertical, no qual os pesquisadores dessa perspectiva presumem ser eficiente a intervenção das políticas com a finalidade de melhorar a prática, mas, sem a participação dos atores escolares no desenvolvimento dessas supostas soluções. As implicações políticas dessa abordagem contribuem para uma visão hierarquizada do poder, o que acarreta na concepção do currículo como prescrição (MACEDO, 2006).

Nessa conjuntura paira sobre as políticas uma isenção em relação às consequências das mudanças propostas. Muitas vezes, a falta de uma visão holística no estudo das políticas pode inocentá-las de resultados apresentados no processo de implementação, pois estabelece uma compreensão de que o que acontece no ambiente escolar não tem relação com as políticas produzidas, mas são, unicamente, consequências da ação dos atores escolares. Dessa forma, “[...] o problema está *na* escola ou *no* professor, mas nunca *nas* políticas” (BALL, 2006, p. 20).

A partir do momento em que as pesquisas em política focam em uma perspectiva que compreende a política como ciência social, passa-se a considerar a construção teórica e o funcionamento das políticas. Além disso, o Estado não é mais o único agente responsável pela construção do texto político, ela passa a ser concebida como um processo que envolve diversas entidades, discussões e disputa por hegemonia (LOPES; MACEDO, 2011; MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011). Quando o foco das pesquisas sobre política passa a se basear na perspectiva pós-estrutural o discurso se torna um fator importante, além disso, as concepções de hegemonia e poder passam a ser mais difusas, transitórias e descentralizadas (LOPES; MACEDO, 2011).

Sob essa ótica as disputas pela consolidação dos discursos se tornam mais intensas, pois, além do Estado, também há organismos nacionais e internacionais e institutos privados que se oportunizam de uma política nacional para a propagação de seus discursos. A abordagem teórico-analítica do ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores permite uma investigação das políticas que correlaciona a eficiência e os resultados instrucionais com o compromisso com a justiça social (LOPES; MACEDO, 2011). De acordo com Mainardes (2006, p. 49),

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante destacar desde o princípio que este referencial teóricoanalítico não é estático, mas dinâmico e flexível [...].

É nesse contexto de complexidade que a referida abordagem se torna importante para analisar políticas educacionais no Brasil, diante de sua amplitude territorial, geográfica, cultural etc. Dentre as políticas educacionais do contexto brasileiro o documento mais recente e que tem recebido destaque nos últimos anos é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que se propõe a auxiliar na construção do currículo nos espaços escolares de todo o território brasileiro, além de se afirmar capaz de superar a fragmentação das políticas educacionais (BRASIL, 2018).

A ideia de uma base nacional em solo brasileiro não surge no processo de produção da BNCC, mas ao longo de sua história educacional houve indicações para a produção de um documento que fosse capaz de padronizar a organização curricular. Diante da amplitude de alcance de uma proposta como essa é evidente que diversas organizações disputariam

pela hegemonia de seus discursos nos currículos. Portanto, os contextos de influência e de produção da BNCC foram permeados de embates de diferentes vertentes, porém, essa disputa foi polarizada, principalmente, pelos seguintes grupos, a frente progressista (com discursos neoliberais) e a frente neopentecostal (com discursos neoconservadores) (MARSIGLIA *et al.*, 2017).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender a disputa entre os discursos neoliberais e neoconservadores presentes na produção da política educacional BNCC, partindo do seu contexto de influência e perpassando pelo contexto da produção do documento oficial.

Metodologia

Essa pesquisa é um recorte da dissertação denominada “Os contextos de influência e produção da Base Nacional Comum Curricular: um enfoque na disciplina escolar Ciências”, produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Ela fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, a qual “[...] se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2014, p. 56). Dessa forma, se torna possível encontrar resultados mais amplos diante daquilo que se propõe a estudar.

Nesse sentido, conforme destaca Minayo (2014), a pesquisa qualitativa se dispõe a responder questões subjetivas que não podem ser simplificadas em dados estatísticos, estas se referem aos significados e intenções presentes no mundo das relações e estruturas sociais. O objeto de investigação deste estudo está inserido no contexto educacional e surgiu de indagações acerca das recentes reformas curriculares ocorridas na conjuntura educacional brasileira.

Dessa forma, com o propósito de compreender a disputa entre os discursos neoliberais e neoconservadores presentes na produção da política educacional BNCC, utilizou-se a análise documental como o instrumento para a produção dos dados desta pesquisa. A análise documental, segundo Lüdke e André (1986), é uma técnica valiosa para a obtenção de dados qualitativos, podendo ou não estar associada a outras técnicas. O texto utilizado nessa pesquisa foi o documento “Base Nacional Comum Curricular” de 2018, o

qual inclui as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental (homologadas no ano de 2017) e do Ensino Médio (homologada em 2018).

Após a produção dos dados, eles foram colocados em análise sob a ótica da abordagem teórica-analítica do ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores. A abordagem do ciclo de políticas é constituída por cinco contextos inter-relacionados e que se organizam, como o próprio nome orienta, de forma cíclica, ou seja, não há uma linearidade temporal ou sequencial a ser obedecida na investigação (MAINARDES, 2006). Assim, tal abordagem recomenda que o percurso de uma política seja analisado com base em um ciclo contínuo, composto por contextos que estão inter-relacionados e atravessados por disputas e relações de poder. Vale ressaltar que a divisão em contextos se dá a fim de facilitar a prática metodológica, mas esta não é uma divisão real dos acontecimentos da política.

Para a análise dos dados dessa pesquisa foram considerados dois contextos do ciclo de política: a) *Contexto de influência*, tempo no qual as finalidades da política são estabelecidas, momento de disputas de interesses e construção dos discursos políticos; b) *Contexto da produção de texto*, no qual ocorre a materialização do texto da política, podendo ser concebido em formatos variados, como textos legais e oficiais, vídeos, comentários e críticas, pronunciamentos oficiais etc. Estes textos representam a política em uma linguagem voltada para o público mais geral (MAINARDES, 2006).

Neoliberalismo e neoconservadorismo: discursos e embates no campo educacional

As políticas públicas oficiais (parâmetros, diretrizes, leis, projeto político pedagógico etc.) em conjunto com as questões sociais e culturais de determinado tempo e espaço, são mediadoras da construção dos currículos pelas escolas. No Brasil, em 2017, foi homologada a BNCC, cujo texto tem como finalidade de ser a fundamentação para a elaboração de currículos da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental, posteriormente, em 2018, foi homologado o texto da Base referente ao Ensino Médio.

É imprescindível na investigação da BNCC fazer um movimento ao longo do seu contexto de influência e também do contexto de produção de texto. Entre tais contextos existe uma complexa relação simbiótica, “[...] o contexto de influência está frequentemente relacionado com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas, os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Os textos políticos, portanto, representam a política” (MAINARDES, 2006, p. 52). É no contexto de

produção que os discursos que circundavam no contexto de influência serão direcionados ao público-alvo, “Políticas são construídas dentro e ao redor de discursos específicos [...]” (MAGUIRE; BALL, 2007, p. 97).

Apesar dos inúmeros discursos que circundaram os contextos de influência e produção da Base, esta pesquisa se debruça sobre os grupos que tiveram maior destaque nesse processo de construção da política, ou seja, a frente progressista (com discursos neoliberais) e a frente neopentecostal (com discursos neoconservadores) (MARSIGLIA *et al.*, 2017).

Para Ball (2014) o termo *neoliberalismo* é utilizado amplamente e com finalidades variadas, sendo necessária uma contextualização do seu conceito para evitar que se torne vago quando empregado. No contexto dessa pesquisa, compreendemos neoliberalismo como um conjunto de ações e projetos cujo foco está na universalização das relações de forma que esta favoreça ao mercado e ao capital. Sendo assim, as políticas neoliberais na educação, buscam a formação de indivíduos que vão atender as necessidades do sistema capitalista e que, em muitos casos, não satisfaz as necessidades sociais da maioria (GONÇALVES; MACHADO; CORREIA, 2020).

Enquanto o neoconservadorismo se fundamenta em um movimento cujo intuito é estabelecer “[...] um estado forte para agir sobre o controle dos sujeitos, defendendo a ‘liberdade’, desde que sejam reforçados os valores da família e da religião, sob o argumento de recuperação moral da sociedade” (BORBA; ANDRADE; SELLES, 2019, p. 145). Para isso, este movimento adentra as diversas esferas da sociedade, inclusive no campo educacional, para propagar seus discursos e “verdades”. De acordo com Macedo (2017) a entrada das demandas conservadoras no contexto da educação amplia a exclusão da diferença e torna essa prática explícita.

Diante da abordagem teórico-analítica utilizada nessa pesquisa, é importante situar a construção dos discursos supracitados (neoliberais e conservadores), como eles foram influenciando o campo educacional brasileiro até sua materialização na BNCC. Dessa forma, é possível compreender o contexto de influência deste documento na abordagem do ciclo de políticas. De acordo com Mainardes (2006, p. 51) é no contexto de influência

[...] que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. O discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que

estão exercendo influência nas arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social.

Por muitos anos o currículo tradicional foi a base da educação brasileira. Políticas educacionais pautadas em uma perspectiva de gerencialismo dialogam com a dinâmica tradicional, visto que tudo se baseia em discursos de produção de cidadãos que se encaixem em conceitos universalistas propostos pelos discursos de homogeneidade de conhecimentos, de uma cultura única selecionada para determinados fins. A escolarização sob uma perspectiva tradicional tece relações com os discursos neoliberais ao se fundamentar em um estilo tecnicista alinhado com o mercado de trabalho. Ademais, no que se refere ao currículo enquanto campo de investigação houve, no Brasil, mais pesquisas no final dos anos de 1980 e, conseqüentemente, foi nessa década que se intensificaram as discussões e implementação das políticas curriculares que, até os dias atuais, apresentam um caráter neoliberal (SILVA, 2018).

Considerando que as bases da escolarização no Brasil se deram a partir da chegada da Companhia Jesuíta, nos anos iniciais do estabelecimento dos portugueses no país, e que o processo de catequização foi por anos a fio o modo de ensinar, é possível afirmar que a igreja sempre esteve incorporada na educação brasileira. Assim, apesar dos fundamentos tecnicistas da teoria tradicional do currículo ela é, ao mesmo tempo, profícua para os interesses das igrejas, devido a rigidez do seu ensino e as concepções de conhecimento e cultura única.

Pensando no processo de seleção do conhecimento e da cultura ao longo da história educacional este, certamente, se deu dentro dos padrões estabelecidos pela norma vigente em nossa sociedade, a qual se baseia no conhecimento eurocêntrico e cristão. Portanto, o estabelecimento de uma educação pautada em conhecimento e cultura universal, como é proposto pela BNCC, consente na disseminação de discursos normativos que inferiorizam ou excluem todos os demais que não se encaixam na normativa.

A polarização das disputas sobre a BNCC foi tão intensa que as duas vertentes apresentam grupos consolidados, com diversos adeptos que defendem altivamente seus lados. De um lado se apresenta o movimento Escola Sem Partido e do outro o Movimento Todos Pela Educação. No primeiro grupo, encontra-se a frente neoconservadora que busca controlar os sujeitos sob uma moral baseada em valores da “família tradicional” e religião; enquanto no segundo, estão atores que, alinhados com o mercado, são defensores da livre

escolha e o emprego de uma metodologia empresarial para a área de educação (BORBA; ANDRADE; SELLES, 2019).

O movimento Escola Sem Partido foi criado em 2004 (MACEDO, 2017) e logo conquistou visibilidade tanto na mídia quanto no campo educacional, obtendo maior atenção no período de produção da BNCC. Este movimento afirma não possuir vinculação política, ideológica ou partidária, de acordo com as informações dispostas em seu site oficial (<https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>) ele é formado por “[...] estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológico das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. O Escola Sem Partido adquire relevância ao se posicionar como oposição ao governo de esquerda em exercício na época de sua criação e servir de inspiração para a elaboração de projetos e leis baseados em princípios e valores conservadores e religiosos que influenciaram na educação, inclusive nos discursos de idealização da BNCC e em seus contextos.

O movimento Todos pela Educação foi criado no ano de 2006 e consolidado a partir da apresentação da carta Compromisso Todos pela Educação. Em seu livro “Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal”, Stephen Ball (2014) faz algumas inferências em relação às redes de políticas da educação brasileira, destacando que os fundadores do movimento supracitado são presidentes de diversas empresas e bancos brasileiros que, através desse movimento, buscam ingressar na educação, estabelecendo metas e implantando ferramentas de monitoramento de desempenho. Eles buscam estabelecer a hegemonia de seus discursos nas questões educacionais, porém, têm encontrado divergências pelo caminho com grupos que apresentam resistências, dentre eles o anteriormente mencionado Escola Sem Partido.

Como pode ser observado, ambos os movimentos tiveram início anos antes da produção da BNCC, mas já atuavam no campo educacional por intermédio de manifestações e atuações a partir de projetos dentro do campo político e dentro das escolas, dessa forma, atuavam no contexto de influência da BNCC. Logo, em 2013, se acentuam as discussões acerca da produção de uma base nacional, principalmente, após a criação do Movimento pela Base Nacional Comum (MPB), dentre seus idealizadores estão o grupo Todos Pela Educação, além de diversas entidades não governamentais mantidas pelos bancos e empresas privadas.

Segundo Caetano (2020), a partir da análise dos grupos que constituem o MPB se torna clara a consolidação do discurso neoliberal na projeção da política a ser desenvolvida,

pois, a relação firmada pelo Todos Pela Educação com a esfera governamental favoreceu, desde o início, o espaço de atuação direta do Movimento Pela Base na elaboração e implementação da BNCC. Assim, é possível perceber uma descentralização do poder do Estado em relação às políticas educacionais, pois, as parcerias concretizadas com organismos não governamentais concedem mais espaço para influências e interferências advindas destes movimentos, considerando que eles representam os interesses da iniciativa privada, estes acordos entrelaçam ainda mais as relações entre público e privado.

No ano de 2015 deu-se início a produção da BNCC a partir da instituição da Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. Esta comissão foi criada de forma que o maior número de agentes educacionais estivesse presente e atuando no contexto de produção deste documento, enfatizando um viés democrático da política. O Movimento Pela Base Comum também esteve presente observando e opinando no contexto de produção de texto desta política educacional, tanto que no período de análise da primeira para a segunda versão da BNCC, consultores da fundação Lemann teceram críticas que a primeira versão apresentada não demonstrava alinhamento com a agenda internacional, ou seja, a agenda neoliberal, tal demanda foi atendida na segunda versão do documento.

Porém, ao final de 2015, iniciou-se uma mobilização, à nível nacional, da chamada bancada evangélica, pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o processo tramitou ao longo do ano de 2016 quando em agosto, a presidenta eleita foi deposta e Michel Temer se tornou presidente efetivamente. Nesse contexto, é interessante ressaltar que a maioria dos argumentos no voto a favor do *impeachment* estava pautada nos ideais de valores da “família tradicional” e religiosos, demonstrando a força de ascensão do conservadorismo, das comunidades evangélicas e adventistas, na política brasileira e, conseqüentemente, na Educação.

Dessa forma, “[...] nenhum outro grupo organizado, exceto o formado pelas denominações evangélicas supracitadas, vivenciou em tão curto período de tempo tamanho sucesso na colonização e exploração de espaços e instâncias públicas e privadas de poder e decisão [...]” (BORBA; ANDRADE; SELLES, 2019, p. 148). É possível observar na seqüência dos fatos acima que, por um período de tempo, o movimento Todos Pela Educação teve maior espaço nas questões educacionais, agindo no contexto de influência e produção da BNCC. Porém, com as tensões e alterações ocorridas no âmbito político o movimento Escola Sem Partido, alinhado com a bancada evangélica, passa a dominar os



discursos na produção desta política educacional. Assim, é possível enfatizar que a educação tem sido campo de disputa entre público e privado, mas, além disso, tem-se cerrado disputas ideológicas e epistemológicas (CAETANO, 2020).

É relevante abordar esta conjuntura para compreender a consolidação dos discursos na BNCC, pois, a partir do momento que o governo Temer se consolidou (ainda como interino e, posteriormente, oficial), os grupos que ascenderam com ele na política começaram a interferir nas diversas áreas da sociedade. Dentre elas, também se destacou as interferências na BNCC, o Escola Sem Partido, que usava como argumento às suas interferências que “[...] a função da escola é ensinar” (MACEDO, 2017, p. 517).

Nesse sentido, é interessante destacar que em consonância com a elaboração da BNCC, Projetos de Lei foram propostos pelo Escola Sem Partido e seguem em trâmite, são alguns deles: a) *PL n° 8099/2014* que se refere a inserção de conteúdos sobre criacionismo na matriz curricular das Redes Públicas e Privadas de Ensino; b) *PL n° 867/2015* que inclui o “Programa Escola sem Partido” entre as diretrizes e bases educação nacional; c) *PL n° 1859/2015* que acrescenta um parágrafo único na LDB 9394/96, no qual se impede o uso dos termos “gênero”, “orientação sexual” e discussões acerca de ideologia de gênero na educação; d) *PL n° 5336/2016* que inclui a “teoria da criação” na base curricular do Ensino Fundamental e Médio.

A relevância destes projetos está tanto nas influências sobre o contexto de produção da Base quanto em sua futura interferência no contexto da prática, visto que eles são voltados para a ação dos professores. A influência desses PL na BNCC expressa a disputa de discursos dos grupos conservadores e progressistas que se deu ao longo da produção da política. E nesse contexto de disputas houve a prevalência dos discursos conservadores, expresso no estabelecimento do Ensino Religioso como disciplina obrigatória nos currículos do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018). Além disso, por intermédio dos projetos criados a frente neopentecostal conseguiu intervir no estabelecimento ou exclusão de determinados conhecimentos no currículo brasileiro, através da exclusão ou proibição de determinados debates no contexto da prática. Tais debates, importantes para o campo progressista, mesmo este associado aos ideais neoliberais, como: relações étnico-raciais, conscientização e responsabilidade ambiental, relações de gênero e sexualidade etc.

Além disso, as investidas conservadoras também foram disparadas em relação às relações étnico-raciais no âmbito da BNCC. Desde os anos 2000, com o aumento de políticas públicas voltadas para as relações étnico-raciais intensificou-se este debate na

sociedade e, conseqüentemente, no ambiente escolar. A ascensão do neoconservadorismo associado com o movimento neopentecostal no Brasil e, a partir das alianças políticas, no campo educacional obliteraram a discussão dessa temática no que tange à discriminação e perseguição aos praticantes de religiões que não são judaico-cristãs, principalmente aquelas de matriz africana (BORBA; ANDRADE; SELLES, 2019). Inclusive, este é um conteúdo que foi silenciado no texto final da BNCC, as discussões estavam presentes nas primeiras versões da Base, porém, foram suprimidas em sua versão homologada.

Porém, as ações da frente progressista em propagar as finalidades neoliberais ainda estavam se movimentando e apresentam uma grande vitória quando no texto final da BNCC a pedagogia das competências e habilidades é estabelecida como eixo estruturador para as matrizes curriculares e o ensino na Educação Básica. Essa organização curricular tem seus fundamentos na teoria da eficiência, a qual determina que os currículos devem ser administrados com a finalidade de moldar os indivíduos para que estes alcancem uma formação eficiente. Ao se alicerçar na pedagogia das competências e promover o ensino baseado nas habilidades, a Base Nacional se alinha com as avaliações gerais, nacionais e internacionais, restringindo o processo de ensino e aprendizagem ao alcance de êxito nas referidas avaliações, as quais estão interligadas com a agenda internacional, o mercado e o sistema capitalista.

Ao final, a BNCC apresentou uma prevalência da perspectiva neoliberal, atendendo aos anseios da classe empresarial (MARSIGLIA *et al.*, 2017). Entretanto, ao mesmo tempo, apresenta alguns elementos conservadores que desagradam ao empresariado. Nessa perspectiva, é necessário compreender que as políticas e diretrizes curriculares são permeadas de intencionalidades, ideologias e outros elementos que influenciarão o contexto escolar (SILVA, 2018).

Quando se discute a produção de uma base comum torna-se paradoxal que alguns poucos grupos e elites políticas, com interesses homogêneos, apresentem maior êxito ao influenciar os discursos que constituirão a política educacional. Afinal, uma base nacional comum deve abranger discursos distintos, mas que coexistem em uma sociedade notoriamente plural, se assim não for, será mera reprodução e imposição dos interesses hegemônicos.

Considerações finais

Como é apresentado na teoria da abordagem do ciclo de políticas, a construção de uma política educacional é permeada por disputas. Cada grupo busca materializar seus discursos e tornar hegemônica a sua propagação. Com a BNCC se deu da mesma forma, porém, enfatizou-se uma polarização entre os discursos neoliberais e os discursos conservadores, os quais estiveram presentes tanto no contexto de influência quanto no contexto de produção de texto, foram, inclusive, importantes agentes no projeto de materialização da Base Nacional, principalmente através do MPB.

Na versão final e homologada da política é possível perceber ambos os discursos disputando de forma equivalente espaços no texto, de um lado vence a frente conservadora com o estabelecimento do Ensino Religioso como disciplina escolar obrigatória e com a exclusão de temáticas importantes para a formação humana e integral dos estudantes, mas que vão em encontro aos valores determinados por este bloco. Do outro lado, vence a frente neoliberal, com o estabelecimento do ensino por competências e habilidades que está intimamente ligado com a agenda neoliberal e o mundo do trabalho.

Dessa forma, é incontestável que, ao mesmo tempo, a Base prescreve discursos de controle e universalização dos corpos, atendendo aos interesses dos movimentos neoconservadores; e ela também, propaga os valores e os interesses do mercado de trabalho que intenciona a formação de indivíduos que atendam a estas demandas. Portanto, mais do que nunca são necessários movimentos de luta pela liberdade, pelo respeito, por uma sociedade equânime e democrática, além disso, é preciso resistência no ensino para a propagação de uma educação que forme os estudantes de maneira crítica, solidária, responsável, integral e humana.

Referências

- BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BORBA, R. C. N.; ANDRADE, M. C. P.; SELLES, S. E. Ensino de Ciências e Biologia e o cenário de restauração conservadora no Brasil: inquietações e reflexões. **Revista**

Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 144-162, maio/ago., 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/44845/30450> Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão final. Brasília: Ministério da Educação, Brasília, DF, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 20 mar. 2021.

CAETANO, M. R. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Textura**, Canoas, v. 22, n. 50, p. 33-53, abr./jun., 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397/3715> Acesso em: 21 mar. 2021.

GONÇALVES, R. M.; MACHADO, T. M. R.; CORREIA, M. J. N. A BNCC na contramão das demandas sociais: planejamento com e planejamento para. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 38, p. 338-351, jan./mar. 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6012/4505> Acesso em: 20 mar. 2021.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1986.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507> Acesso em: 20 mar. 2021.

MACEDO, E. Currículo: Política, cultura e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 98-113, jul./dez., 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/macedo.pdf> Acesso em: 20 mar. 2021.

MAGUIRE, M.; BALL, S. J. Discursos da reforma educacional no Reino Unido e Estados Unidos e o trabalho dos professores. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 2, p. 97-104, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/311/319> Acesso em: 20 mar. 2021.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf> Acesso em: 21 mar. 2021.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: Ball, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

MARSIGLIA, A. C. G.; PINA, L. D.; MACHADO, V. O.; LIMA, M. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835/14343> Acesso em: 21 mar. 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed., São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2014.

SILVA, V. S. da. **Base Nacional Comum Curricular:** uma análise crítica do texto da política. 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2018.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Jéssica Gomes das Mercês Costa

Mestre em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação; Participa do grupo de pesquisa Currículo e Formação Docente. E-mail: jessicaa.mercês@hotmail.com

Edinaldo Medeiros Carmo

Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Titular do Departamento de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Líder do grupo de pesquisa Currículo e Formação Docente. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB. E-mail: medeirosed@uesb.edu.br